



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

## AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa****1**

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

**2**

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;

2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

**3**

Observe a seguir o início de um texto.

“‘Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

**4**

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

**5**

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

**6**

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

**7**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

**8**

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

**9**

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

**10**

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

**11**

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

**12**

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

**13**

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

**14**

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

**15**

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa.

A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

## Legislação Específica e Noções de Direito

16

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

17

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

18

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

19

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

**20**

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

**21**

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

**22**

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

**23**

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

**24**

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

**25**

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

## Controle Externo

**26**

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

**27**

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

**28**

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

**29**

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

**30**

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31**

Uma entidade pública precisa fazer o registro contábil de uma despesa cujo fato gerador ocorreu antes do empenho.

Sob a perspectiva da informação de natureza patrimonial, haverá um lançamento a débito em uma conta de variação patrimonial diminutiva e um lançamento a crédito em conta de:

- (A) crédito a empenhar ou de fornecedores;
- (B) crédito a liquidar ou de disponibilidades;
- (C) crédito disponível ou de disponibilidades;
- (D) disponibilidades ou de fornecedores;
- (E) fornecedores ou de crédito em liquidação.

**32**

No processo de adaptação aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público foi necessário que as entidades adotassem uma lógica adicional além da ênfase no controle orçamentário, baseado na Lei nº 4.320/1964.

Nesse contexto, na elaboração das suas demonstrações contábeis, as entidades públicas devem considerar que:

- (A) as origens das alterações patrimoniais devem ser registradas conforme as etapas da receita e despesa;
- (B) o regime de caixa permanece integralmente aplicado no registro das receitas;
- (C) o regime de competência será adotado parcialmente no registro das despesas;
- (D) o regime patrimonial deve ser adotado facultativamente, mantendo as disposições legais;
- (E) todos os registros devem ser realizados pelo regime de competência.

**33**

Periodicamente os entes públicos precisam publicar relatórios para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal. Além de serem instrumentos de transparência, constituem subsídios para o controle social.

Se um agente da sociedade civil organizada desejar informações sobre o cumprimento das metas fiscais em um dado período, deverá consultar o anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) que versa sobre:

- (A) alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (B) apuração da receita corrente líquida;
- (C) apuração dos resultados nominal e primário;
- (D) despesa com juros e refinanciamento da dívida;
- (E) restos a pagar e disponibilidade de caixa.

**34**

Por solicitação de um órgão de controle externo, uma entidade pública necessitou avaliar um conjunto de ativos com características comuns a valor corrente. Após a realização da avaliação e envio do relatório, o órgão de controle emitiu um comunicado de inconsistência e pediu retificação da avaliação.

No relatório foi verificado um equívoco ao indicar que foi usado como critério de avaliação o:

- (A) custo de reposição;
- (B) preço líquido de venda;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor em uso.

**35**

Ao tratar da estrutura de apresentação das demonstrações contábeis das entidades públicas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz disposições para inclusão de informações comparativas.

Ao elaborar as demonstrações contábeis de uma entidade, um analista contábil deve considerar que, em regra, a informação comparativa:

- (A) deve ser divulgada em referência a pelo menos dois exercícios anteriores ao período corrente;
- (B) deve ser divulgada referente ao período anterior para todos os montantes apresentados do período corrente;
- (C) é aplicável somente na apresentação do balanço patrimonial, em decorrência da natureza das informações;
- (D) pode ser apresentada, alternativamente, como informação adicional em notas explicativas;
- (E) tem divulgação facultativa, mas é fortemente incentivada para dar maior transparência e facilitar o controle social.

**36**

Durante o ano de 2022, uma empresa se envolveu em uma disputa tributária com o governo. Os advogados da empresa indicaram que era provável uma perda nessa disputa e que a empresa teria que pagar um valor entre R\$ 800.000 e R\$ 1.400.000 (nesse intervalo, nenhum valor é uma estimativa melhor que a outra). Após a emissão das demonstrações financeiras de 2022, o caso foi resolvido com o governo por R\$ 1.200.000.

Nesse caso, em 31 de dezembro de 2022, o contador da empresa deveria ter:

- (A) reconhecido uma provisão de R\$ 800.000;
- (B) reconhecido uma provisão de R\$ 1.100.000;
- (C) reconhecido uma provisão de R\$ 1.200.000;
- (D) reconhecido uma provisão de R\$ 1.400.000;
- (E) divulgado em nota explicativa um valor de R\$ 1.200.000 devido à baixa probabilidade.

**37**

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de utilização desses fluxos de caixa. A entidade pode escolher o método direto ou indireto para apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais.

É correto afirmar que o método:

- (A) direto é construído a partir do lucro líquido e apresenta as receitas e as despesas divulgadas na demonstração do resultado;
- (B) direto apresenta as principais classes de recebimentos brutos, pagamentos brutos e, caso a empresa escolha esse método, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deve ser fornecida;
- (C) indireto requer que os fluxos de caixa das atividades operacionais incluam os pagamentos de caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
- (D) indireto apresenta as principais classes de recebimentos brutos, pagamentos brutos, variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
- (E) indireto requer que os fluxos de caixa das atividades operacionais incluam as mudanças no percentual de participação em uma controlada e que não resultem na perda do controle.

**38**

Uma empresa apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 20x2.

Balanço Patrimonial (31 de dezembro de 20x2)

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
Circulante	713.000	Circulante	186.000
Disponível	20.000	Obrigações Sociais	51.000
Aplicações Financeiras	288.000	Fornecedores	41.000
Contas a Receber	145.000	Empréstimos	70.000
Estoques	260.000	Provisões	24.000
		Não Circulante	33.884
		Empréstimos	33.174
Não Circulante	120.841	Provisões	710
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.916	Patrimônio Líquido	613.957
Investimentos	412	Capital Social	471.302
Imobilizado	87.071	Reservas de Capital	4.502
Intangível	30.442	Reservas de Lucros	138.153
Totais	835.390	Totais	835.390

A partir das informações apresentadas, a liquidez seca e a liquidez corrente são, respectivamente:

- (A) 0,11 e 3,85;
- (B) 1,75 e 0,11;
- (C) 2,44 e 3,83;
- (D) 3,83 e 2,44;
- (E) 3,83 e 4,40.

**39**

Um ativo imobilizado adquirido em 1º de janeiro de 2019, com vida útil estimada em dez anos e valor residual igual a zero, é depreciado pelo método linear e, até o final de 2020, nenhuma perda por *impairment* nem benfeitorias foram realizadas. O valor contábil líquido do ativo após o teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 385.000. Assim, a perda por *impairment* foi de R\$ 15.000. Em 31 de dezembro de 2021, com base na melhoria das condições do mercado, o ativo foi reavaliado.

Nesse caso, a empresa reverteu o valor máximo da perda por *impairment* permitida na demonstração do resultado de 2021 de:

- (A) R\$ 1.875;
- (B) R\$ 13.125;
- (C) R\$ 15.000;
- (D) R\$ 336.875;
- (E) R\$ 385.000.

**40**

No início de um dado exercício financeiro, uma entidade pública desocupou um dos imóveis registrados no seu patrimônio que era usado em suas atividades administrativas. Após a desocupação, a gestão da entidade aprovou destinar a propriedade para auferir receitas de aluguel.

Considerando as características do novo uso do imóvel, a entidade deve:

- (A) adotar um dos modelos para mensuração de propriedade para investimento;
- (B) manter o imóvel como ativo imobilizado e revisar a sua vida útil;
- (C) realizar um teste de redução ao valor recuperável do imóvel pela transferência de uso;
- (D) reclassificar o imóvel como disponível para venda ou operação descontinuada;
- (E) tratar a transferência de uso do imóvel como uma transação sem contraprestação.

**41**

A empresa Z adquiriu uma participação de 14,7% na empresa X. Com a transação, a empresa Z terá direito de indicar dois membros para o conselho de administração da empresa X e, também, dará à compradora a preferência na distribuição dos produtos da empresa investida.

Nessa operação, a empresa Z aplicará o método de:

- (A) valor justo;
- (B) custo;
- (C) equivalência patrimonial;
- (D) custo corrente;
- (E) marcação a mercado.

**42**

Ao final do primeiro quadrimestre de um dado exercício, a Receita Corrente Líquida (RCL) de um ente estadual totalizou R\$ 10 bilhões.

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, deve indicar, no anexo relativo à despesa com pessoal, que:

- (A) naquele quadrimestre o limite máximo da despesa é de R\$ 75 milhões;
- (B) nos últimos doze meses o limite máximo de referência equivale a R\$ 300 milhões;
- (C) o limite de alerta equivale a R\$ 225 milhões no referido período;
- (D) o limite prudencial será apurado somente no último quadrimestre do exercício;
- (E) tais gastos podem atingir até R\$ 600 milhões sem comprometer os limites fiscais.

**43**

Um analista recém-empessoado em uma entidade pública foi alocado para uma atividade que envolvia controle contábil de estoques, com apresentação periódica de relatórios para fins de acompanhamento dos custos pelo gestor da entidade. Nessa mesma época a entidade recebeu a título gratuito 1.000 caixas de um material usado em suas atividades operacionais, que foi destinado para o estoque. A entidade arcou apenas com o custo do transporte.

Uma vez que a entidade adota as disposições e recomendações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no relatório periódico o analista deverá apresentar o registro do material pelo:

- (A) valor recuperável;
- (B) valor realizável líquido;
- (C) valor justo na data da aquisição;
- (D) custo corrente de reposição;
- (E) custo médio ou valor líquido, dos dois, o menor.

**44**

Uma entidade que deseja gerar informações de custos para a sua gestão precisa adotar um sistema de acumulação que corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos.

No caso de a entidade precisar de um sistema que compreenda especificações predeterminadas do serviço demandado, deve adotar o sistema de custeio:

- (A) baseado em atividade;
- (B) de acumulação contínua;
- (C) pleno ou variável;
- (D) por absorção ou direto;
- (E) por ordem de serviço ou produção.

**45**

Uma empresa decidiu alugar um edifício que possui numa área nobre de uma cidade. Também espera que o edifício se valorize ao longo do tempo.

Nesse caso, após o reconhecimento do edifício como propriedade para investimento, a empresa pode escolher como sua política contábil o método do:

- (A) valor justo, e os futuros ganhos de valorização do edifício, se ocorrerem, deverão ser contabilizados no resultado do período em que ocorrerem;
- (B) custo, e os futuros ganhos de valorização do edifício, se ocorrerem, deverão ser contabilizados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;
- (C) valor justo, e há que se reconhecer, periodicamente, a sua depreciação com base nas regras contábeis aplicáveis ao ativo imobilizado;
- (D) valor justo, e os futuros ganhos de valorização do edifício, se ocorrerem, deverão ser contabilizados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;
- (E) custo, e os futuros ganhos de valorização do edifício, se ocorrerem, deverão ser contabilizados no resultado do período em que ocorrerem.

**46**

Além de dispor sobre regras específicas relativas a metas fiscais e limites de gastos para promover uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata também da escrituração e da consolidação das contas públicas.

À luz da LRF, para esses procedimentos, os responsáveis pela contabilidade das entidades públicas deverão considerar que:

- (A) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência;
- (B) a disponibilidade de caixa observará o princípio da não vinculação de recursos;
- (C) as despesas previdenciárias devem ser apresentadas de forma conjunta e consolidada com as demais despesas da entidade;
- (D) as operações de crédito e as demais formas de financiamento deverão ser escrituradas em ordem crescente de exigibilidade;
- (E) os resultados dos fluxos financeiros de natureza previdenciária serão apurados pelo regime de caixa.

**47**

Conforme disposições da Lei nº 4.320/1964, despesas que não cumpriram todos os estágios de execução da despesa orçamentária podem ser inscritas em restos a pagar.

Os dispositivos legais que tratam desse mecanismo estabelecem que:

- (A) a execução financeira dos restos a pagar deve ser priorizada no decreto de programação financeira;
- (B) a inscrição em restos a pagar é exigida para despesas abertas mediante créditos adicionais extraordinários;
- (C) é vedada a inscrição de despesas em restos a pagar no último ano de mandato;
- (D) informações sobre a execução dos restos a pagar devem ser apresentadas em relatórios fiscais quadrimestrais;
- (E) o limite de inscrição em restos a pagar está entre as exigências para a realização de transferência voluntária.

**48**

Nas operações de fusão, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) detalha a aplicação do método modificado da união de participações.

Uma das exigências desse método consiste em determinar a data da fusão, a qual pode ser aquela:

- (A) definida nos termos da combinação, limitada a noventa dias após a assinatura;
- (B) em que a entidade resultante determina publicar suas primeiras demonstrações contábeis;
- (C) em que a entidade resultante entrega os ativos e assume os passivos das operações da combinação;
- (D) em que se comprova a difusão do controle das operações da combinação;
- (E) especificada no acordo para que a entidade obtenha o controle dos ativos e passivos das operações.

49

Uma empresa celebrou um contrato com um cliente para construir um armazém por R\$ 950.000 em 31 de março de 2022 com um bônus de desempenho de R\$ 50.000 se a construção for concluída até 31 de julho de 2022. O bônus é reduzido em R\$ 10.000 a cada semana que a conclusão estiver atrasada.

A empresa incluiu esse bônus de conclusão em seu contrato e, com base numa estimativa apropriada, definiu os seguintes resultados: 65% de conclusão do contrato até 31 de julho de 2022; 25% de conclusão do contrato até 7 de agosto de 2022; 5% de conclusão do contrato até 14 de agosto de 2022; e 5% de conclusão do contrato até 21 de agosto de 2022.

Assim, o valor da contraprestação fixa mais a variável é de:

- (A) R\$ 652.500;
- (B) R\$ 685.000;
- (C) R\$ 950.000;
- (D) R\$ 995.000;
- (E) R\$ 1.000.000.

50

A estrutura de apresentação do balanço patrimonial em convergência com os padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público apresentou algumas alterações, que estão consolidadas no MCASP.

Nesse contexto, um item informacional que deve ter seu saldo apresentado no quadro principal do balanço patrimonial é:

- (A) ativo financeiro;
- (B) demandas judiciais;
- (C) dívida consolidada líquida;
- (D) garantias concedidas;
- (E) investimentos.

51

Uma empresa se dedica à fabricação de diversos produtos. Os dados a seguir referem-se às divisões em que as operações foram conduzidas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Divisões	Receitas	Lucros	Ativos em 31/12/2022
A	R\$ 8.000.000	R\$ 1.320.000	R\$ 16.000.000
B	R\$ 6.400.000	R\$ 1.120.000	R\$ 14.000.000
C	R\$ 4.800.000	R\$ 960.000	R\$ 10.000.000
D	R\$ 2.400.000	R\$ 440.000	R\$ 5.200.000
E	R\$ 3.400.000	R\$ 540.000	R\$ 5.600.000
F	R\$ 1.200.000	R\$ 180.000	R\$ 2.400.000
Totais	R\$ 26.200.000	R\$ 4.560.000	R\$ 53.200.000

A partir das informações apresentadas, a empresa utilizará os parâmetros mínimos quantitativos para definir a quantidade de segmentos divulgáveis.

Dessa forma, a empresa possui:

- (A) dois segmentos divulgáveis;
- (B) três segmentos divulgáveis;
- (C) quatro segmentos divulgáveis;
- (D) cinco segmentos divulgáveis;
- (E) seis segmentos divulgáveis.

52

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que traz informações sobre a execução de receitas e despesas ao longo do exercício financeiro.

Ao analisar esse demonstrativo, a única informação relativa à receita que NÃO se encontra detalhada para fins de análise é o montante do(a):

- (A) previsão atualizada da receita;
- (B) receita arrecadada;
- (C) receita inicialmente prevista;
- (D) receita lançada;
- (E) saldo a arrecadar.

53

Em 01/07/20x0, uma entidade pública contratou uma operação de crédito em um organismo internacional de financiamento, correspondente a 10 milhões de dólares. A transação está sujeita a uma taxa atrelada à variação da inflação do país, tem seis meses de carência e deverá ser quitada em cinco anos após esse período, com pagamentos semestrais.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/20x0, o saldo em aberto dessa transação deverá:

- (A) adotar o dólar como moeda de apresentação;
- (B) ser apresentado em moeda funcional pela taxa média de câmbio;
- (C) ser convertido pela taxa de fechamento;
- (D) ser convertido pela taxa real de câmbio da data da transação;
- (E) ser mensurado a valor justo em moeda funcional pela taxa de câmbio histórica.

54

Em grande parte das entidades públicas o maior volume de transações ocorre sem contraprestação.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essas transações envolvem o recebimento de ativos ou serviços ou ainda a extinção de passivos e:

- (A) não abrangem transações de natureza intergovernamental;
- (B) devem ser previstas no orçamento do ente no exercício da sua realização;
- (C) são controladas com o atributo F para fins de elaboração do balanço patrimonial;
- (D) são registradas em contas de controle, dada a sua natureza potencial;
- (E) sua contrapartida pode ser a entrega de um valor irrisório ou nenhum valor.

**55**

Ao implantar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o gestor contábil de uma entidade pública tinha algumas dúvidas sobre eventuais mudanças no tratamento dos atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade.

Como regra geral e no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, o PCASP dispõe que tais atos:

- (A) devem ser evidenciados, quando relevantes, em notas explicativas;
- (B) devem ser registrados em contas de controles devedores e de controles credores;
- (C) por serem atos administrativos, não são objeto de registro contábil;
- (D) são mantidos nas contas de compensação, quando legalmente previstas;
- (E) são registrados em contas de natureza patrimonial, dado o potencial impacto no patrimônio.

**56**

O CPC 06 (R2) objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações.

Nesse contexto, conforme a norma:

- (A) o arrendamento é classificado como arrendamento operacional se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente;
- (B) o fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato;
- (C) o arrendamento é classificado como arrendamento financeiro se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente;
- (D) o arrendatário deve classificar cada um de seus arrendamentos como arrendamento operacional ou arrendamento financeiro;
- (E) no reconhecimento inicial, o arrendatário pode escolher mensurar o ativo de direito de uso ao custo ou ao valor justo.

**57**

Quando da existência de inflação severa na economia, a premissa contábil básica ameaçada e que tem sua utilidade reduzida é a da:

- (A) competência;
- (B) periodicidade;
- (C) continuidade;
- (D) entidade econômica;
- (E) unidade monetária.

**58**

As ações em tesouraria adquiridas no mercado pela própria empresa devem ser divulgadas como um(a):

- (A) conta redutora do patrimônio;
- (B) direito no ativo circulante;
- (C) investimento no ativo não circulante;
- (D) conta no passivo circulante;
- (E) conta no passivo não circulante.

**59**

Uma empresa alugou uma propriedade na qual o petróleo foi descoberto. Poços nessa propriedade produziram 18 mil barris de petróleo durante o ano e foram vendidos a um preço médio de venda de R\$ 65 por barril. Os recursos petrolíferos totais dessa propriedade são estimados em 250 mil barris. O arrendamento previa um pagamento total de R\$ 600.000 ao arrendador (proprietário), antes que a perfuração pudesse ser iniciada, e um aluguel anual de R\$ 31.500, mais um prêmio de 5% do preço de venda de cada barril de petróleo retirado que deve ser pago anualmente ao arrendador. Além disso, a empresa (arrendatária) deve limpar todos os resíduos e detritos da perfuração e arcar com esses custos quando os poços forem abandonados. O valor justo estimado a valor presente, no momento da locação, dessa limpeza e acondicionamento é de R\$ 30.000.

Assim, o custo por barril foi de:

- (A) R\$ 2,40;
- (B) R\$ 3,25;
- (C) R\$ 4,27;
- (D) R\$ 7,40;
- (E) R\$ 7,52.

**60**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, evidenciará as alterações verificadas no patrimônio do ente ao longo do exercício financeiro.

De acordo com o MCASP, tais alterações:

- (A) devem considerar operações extraorçamentárias;
- (B) devem se circunscrever à execução orçamentária;
- (C) permitem avaliar o desempenho financeiro do ente;
- (D) possibilitam a apuração do resultado patrimonial do exercício;
- (E) são registradas nas contas das classes 1 e 2 do PCASP.

**61**

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões. A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

**62**

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo.

Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

**63**

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**64**

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

**65**

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

**66**

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a ele conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Nesse sentido, a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte, por sua natureza e é mais confiável quando obtida:

- (A) de fontes independentes externas à entidade e confirmada em documento eletrônico ou em papel;
- (B) por meio da indagação a respeito da aplicação de controle, em vez da observação da aplicação de controle;
- (C) pela representação formal, pois fornece evidência de auditoria apropriada e suficiente;
- (D) pela cópia de um documento fiscal obtida por intermédio de fontes internas da empresa do que diretamente pelo auditor;
- (E) por meio da indagação a respeito da contagem de estoques, em vez da observação do auditor da contagem do estoque pelo pessoal da entidade.

**67**

Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos.

Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) financeira;
- (C) contábil;
- (D) operacional;
- (E) ambiental.

**68**

As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado.

Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- (A) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
- (B) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
- (C) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
- (D) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
- (E) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

69

A metodologia de avaliação dos controles internos consiste em avaliar os controles internos existentes e quantificá-los em níveis de efetividade. Dessa forma, uma empresa apresentou os seguintes controles internos, avaliados em: 1 (controles não funcionais), 0,5 (controles funcionais medianos) e 0,2 (controles funcionais fortes).

Os auditores, ao solicitarem tais documentos de avaliação, podem concluir que:

- (A) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco residual ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco inerente;
- (B) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um maior risco residual;
- (C) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (D) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (E) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação da probabilidade e do impacto resultará em um menor risco residual.

70

Uma empresa reapresentou valores em decorrência da adoção de novos pronunciamentos contábeis e o auditor emitiu em seu relatório de auditoria as seguintes informações: “Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20XX, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa X, em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 20XX e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados”.

Dessa forma, o auditor emitiu uma opinião:

- (A) com ressalva;
- (B) negativa;
- (C) modificada;
- (D) adversa;
- (E) com parágrafo de ênfase.

## DISCURSIVA

1

Após assumir o mandato para o qual foi eleito, o governador de um ente da Federação nomeou uma pessoa de sua confiança, mas não integrante do quadro de servidores, para a chefia da Divisão de Informações Fiscais da Secretaria Estadual de Fazenda. Uma das atribuições dessa divisão é preparar os relatórios fiscais do ente em atendimento às normas de elaboração e publicação. Como o novo chefe não conhecia todos os detalhes envolvidos, solicitou a um servidor experiente lotado na divisão que preparasse uma apresentação sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) com os seguintes tópicos:

- a) conteúdo dos anexos e periodicidade de divulgação do relatório;
- b) detalhamento dos limites fiscais aplicáveis ao ente que podem ser acompanhados pelo relatório;
- c) formas de divulgar e dar transparência ao conteúdo do RGF previstas na LRF.

Elabore um texto com até 15 linhas com abordagem nos tópicos solicitados na apresentação que deve ser feita pelo servidor.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

**2**

Por solicitação do governador e de outros secretários de áreas finalísticas, a Secretaria de Planejamento de um ente da Federação abriu uma série de créditos adicionais durante o último exercício financeiro, conforme detalhado a seguir.

Crédito	Data de abertura	Finalidade	Área funcional	Valor da dotação	Percentual empenhado
I	02/05/2020	Prover recursos para uma despesa com dotação insuficiente	Saúde	R\$ 43.000,00	100%
II	04/10/2020	Prover recursos para uma despesa com dotação insuficiente	Educação	R\$ 23.000,00	70%
III	13/04/2020	Autorizar uma despesa não incluída originalmente no orçamento	Segurança pública	R\$ 13.000,00	0%
IV	20/09/2020	Autorizar uma despesa não incluída originalmente no orçamento	Saneamento	R\$ 28.000,00	50%
V	28/05/2020	Inserir no orçamento uma despesa urgente e imprevista, decorrente de calamidade pública	Assistência social	R\$ 79.000,00	80%
VI	03/11/2020	Inserir no orçamento uma despesa urgente e imprevista, decorrente de calamidade pública	Ciência e tecnologia	R\$ 109.000,00	30%

À luz das disposições legais sobre abertura e execução de créditos adicionais no orçamento anual, elabore um texto de até 15 linhas que explique os seguintes pontos:

- quais tipos de créditos adicionais se aplicam a cada uma das situações do quadro;
- quais recursos podem ser alocados para cobertura das novas despesas em cada caso;
- qual o tratamento previsto para esses créditos no encerramento do exercício financeiro;
- que demonstrativo contábil expressa diretamente o impacto da abertura desses créditos e de qual forma.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

---

1

5

10

15

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

---

1

5

10

15

Realização

